
A ESCOLA NA INTEGRAÇÃO SOCIEDADE CIVIL/ESTADO
– um fórum para encaminhamento das lutas dos professores –

Maria Julieta Costa Calazans*

Problemas inerentes às condições de trabalho do professor

Considerando a expectativa que grande parte da população demonstra ter no professor – seu papel no desenvolvimento e melhoria da educação dos cidadãos – é justificável que tantas vezes se procure discutir sua formação, carreira profissional, salário, organização política e outros fatores que influenciam direta e indiretamente no seu trabalho.

Sem dúvida, as questões relativas ao regime e condições de trabalho, formação, salário e outros aspectos relativos à vida profissional do professor não podem ser discutidos isoladamente. Em inúmeras oportunidades têm sido apresentados aspectos reveladores de que o professor do 1º grau é, na maioria dos estados brasileiros, o profissional destinado a ter as piores condições de vida, em razão do tratamento recebido pelo trabalho exercido.

Nesta proposta, pretendemos discutir esta problemática dirigida ao professor que trabalha na escola pública do 1º grau com as classes populares e, especialmente, aqueles que desenvolvem sua prática educativa no meio rural. Pretendemos trabalhar relacionando a problemática aos aspectos estruturais e conjunturais que historicamente nos apontam as causas que convertem as obrigações não cumpridas pelo Estado para com o professor em problemas crônicos.

* Professora do Instituto de Estudos Avançados em Educação (IESAE), da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

É “sabido” que, nas escolas públicas do 1º grau (municipais ou estaduais) e em áreas mais carentes, o ensino é de “baixa qualidade”, as escolas são desfalcadas de material didático, o corpo docente acumula inúmeras tarefas e sofre um processo cruel de deterioração do seu trabalho. O professor não prepara e avalia as suas ações face às poucas horas de que dispõe para dedicar-se à escola. Acresce que, na maioria dos municípios brasileiros, o professor, em consequência do regime de trabalho aviltante em termos de remuneração e de organização a que é submetido, deve buscar outros ganhos para garantir sua subsistência.

Este quadro, perpetuado pelas políticas do Estado, torna-se cada dia um encargo mais oneroso para a sociedade e principalmente para as classes populares, dadas as repercussões que o fenômeno acarreta, estigmatizando o próprio professor, seus alunos e os familiares que acompanham a vida e as lidas da escola.

Pretendemos trabalhar a problemática, neste ligeiro enfoque, partindo de uma ótica que procura traduzir o fenômeno através de leituras feitas com os professores de escolas do meio rural em algumas regiões do País.

Recorremos a notas de conversas, de reuniões e de informes de pesquisa de campo com professores, para analisar a problemática tomando como centro das discussões a escola como espaço de interação entre sociedade civil/Estado.

Este ponto de partida traduz leituras da realidade; são, portanto, depoimentos historicamente vivenciados sobre formação, profissionalização e organização política dos professores que trabalham em escolas, em espaços de educação, interagindo com outros segmentos da sociedade civil.

A escola do meio rural, à qual os professores se reportam, não é aquele ente “integrador da comunidade” – produzido pela lógica do capital, em

noine do "bem estar das populações". Importa buscar novos conhecimentos para ter seguro se esta escola poderia vir a ser um espaço de interação da sociedade civil/Estado. Sociedade civil é aqui referida, especificamente, às classes populares.

Nesta perspectiva, para discutir a escola do meio rural, considera-se que este espaço educativo é historicamente produzido por condições concretas em cada contexto sócio-econômico e, conseqüentemente, se apresenta de forma diferenciada nos diversificados âmbitos do meio rural do País.

É oportuno destacar que as versões da escola, calcadas nas falas dos sujeitos engajados na prática educatica – professores, alunos e indiretamente os familiares que vivem ao redor da escola podem ser carregadas de opiniões desarticuladas e empobrecidas, de inibições e informações desencontradas. Falas que podem chegar ao interlocutor (pesquisador) carregadas de ambigüidades pela impregnação dos procedimentos técnicos levados à escola pelos processos de planejamento, supervisão e outras práticas introduzidas pela tecnocracia. Nas últimas duas décadas, os professores se habituaram a repetir, sem ter consciência do seu significado, um linguajar artificial para explicar fatos que tinham outra ótica em suas visões de mundo. Em muitos casos, as formas simples de falar são substituídas por maneiras estereotipadas de comunicar-se, redundando na negação ou deformação de suas idéias, de sua realidade sócio-cultural: critica-se não a inovação, mas a inovação deformadora.

Para trabalhar as falas do professor do meio rural, suas interpretações pedagógicas e óticas de realidade, o mais das vezes calcadas no seu bom senso, e, concomitantemente, desvendar o "não dito" (isto é, o silêncio dos professores), faz-se imprescindível um suporte teórico-metodológico. No caso concreto, muito nos valem os escritos de Gramsci, buscando em suas obras fonte para perceber como a escola orienta a superação dessas concepções tradicionais, difundindo idéias novas para um novo projeto educativo – condição indispensável à democratização da educação no meio rural.

Nossa tentativa tem sido, assim, de recolher e de registrar as represen-

tações dos professores – sua ótica da escola, da sociedade e do Estado para tentar construir alguns avanços e propor novos caminhos.

O referencial adotado para as análises nos indicam que a ação educativa das escolas do meio rural, como de outras instâncias educativas que trabalham com as classes populares, estão no bojo de articulações mais amplas: a municipalização do ensino, a centralização/descentralização, a cristalização técnico-burocrática, entre outras, sinalizadoras de contradições que permeiam o ensino de primeiro grau no País e, conseqüentemente, a escola na totalidade de sua prática educativa.

A análise e explicitação destas contradições são imprescindíveis sobretudo quando se pretende estudar a escola como espaço de interação das classes populares e Estado. Interação aqui entendida como um campo de luta no qual as classes populares devem permanecer num processo dinâmico permanente de preparação para as batalhas sociais de cidadãos, que buscam meios de produzir a própria vida como sujeitos coletivos de um sociedade democrática.

É fundamental destacar os anseios dos professores quanto à garantia de que o ensino básico seja assegurado (em níveis mínimos) a todos os brasileiros. Entendemos, pela visão de mundo que transmitem acerca da "universalização" da escola, que eles consideram este um direito que a rigor asseguraria às classes populares padrões educacionais igualitários. Há também um desejo explícito de que os propalados direitos fossem transformados em medidas a nível nacional e implementados em todas as escolas municipais – espaço físico, professores, material didático e outras garantias indispensáveis ao que se denomina de ensino básico. Entendemos, também, que aspiram pela defesa de medidas específicas que respeitem as peculiaridades decorrentes das disparidades regionais do País e que do ponto de vista sócio-econômico, político e cultural possam exercer influência e comprometer o processo educativo.

Assim, buscar a garantia de um ensino municipal, com exigências de padrões necessários à democratização da educação para todos os brasileiros será, sem dúvida, uma luta técnica e política dentro do Estado tanto na sua dimensão de sociedade política como de sociedade civil.

Na leitura da ótica dos professores e de outros trabalhadores que participam das lutas pela educação para as classes populares, observa-se que estão presentes questões mais amplas. Pode-se constatar que estes atores entendem que para se analisar a escola no meio rural, articuladas as questões estruturais e conjunturais às quais ela está vinculada, é necessário discutir aspectos que elucidem e explicitem esta problemática: questões do poder local municipal, problemas relativos às políticas agrícolas e agrárias, ou melhor dito, a questão agrária e seus desdobramentos.

Estes problemas mais amplos, evidentemente, são sinalizadores de questões que apontam para a necessidade de **interação** da escola com outras organizações das classes populares.

A questão: interação sociedade civil/Estado

Procuraremos sintetizar a discussão sobre a **interação** sociedade civil/Estado e seus desdobramentos, através dos destaques a seguir:

Escola no Meio Rural – um Espaço do Estado

A escola oficialmente vinculada ao Estado partilha da teia de relações do poder municipal – relações sócio-econômicas, políticas e culturais – subordinando (direta ou indiretamente) as classes populares-trabalhadoras rurais e familiares (que freqüentam a escola) e o próprio professor. Em determinadas regiões do País e em soluções específicas, o professor alia a ocupação de mestre-escola às tarefas de pequeno produtor, roceiro, ou a outra condição de trabalho que o subordinam também às relações de produção na agricultura.¹

Neste caso vale enfatizar as conseqüências perversas de determinadas políticas de Estado – aliadas ao grande capital – no agro que ao implantar a "modernização no campo" mantém os trabalhadores em níveis de extrema degradação, submetendo-os a processos alienantes e reforçando o

1 Ver CALAZANS, Maria Julieta Costa. Professor/produtor rural e seus múltiplos trabalhos. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, (2):12-8, dez. 1985.

que tradicionalmente vem sendo chamado de "atraso rural". O Estado situa-se, frontalmente, como o guardião do capital, mesmo nas situações extremas, quando as relações de trabalho atingem graus anormais de expropriação. Em determinadas situações, os trabalhadores não conseguem qualquer contrato através do qual sua força de trabalho exposta à venda seja "compensada" (paga em dinheiro ou "in natura"), passando assim a esta forma típica de mendicância vivida por trabalhadores rurais nas frentes de trabalhos. Em momentos de calamidades (secas, cheias, etc.) nas diferentes regiões onde a agricultura, a pecuária e outras atividades do setor primário da economia atingiram estágios extraordinários de modernização.² Sabe-se que o moderno processo de agricultura-indústria, quando não expulsa o trabalhador do campo, mantém-no em situação degradante de exploração e expropriação.

A escola municipal submissa ao poder local pode ser uma das estratégias que privilegia e faz a intermediação do modelo de Estado que a mantém, na medida em que é legalmente um instrumento de valoração deste modelo.

É fundamental, nesta discussão, refletir sobre as estratégias que o Estado monopolista articula, para assegurar a presença da escola como um "serviço" para as "populações carentes", fazendo deste espaço uma espécie de agência de ajuda aos despossuídos.

Com o patrocínio de programas capitalistas nacionais e internacionais de "ajuda aos mais pobres", o Estado estabelece formas de arranjos no social – Políticas Sociais, Programas de Bem-Estar – para encobrir as omissões nas Políticas de Emprego, na implantação da Reforma Agrária e em outras áreas onde o econômico fica ausente apesar das elevadas tributações cobradas da sociedade.

Assim, através de mecanismos impostos ao sistema educacional, o Estado tenta mascarar os sistemas de relações sociais que divide a sociedade.

2 Ver CALAZANS, Maria Julieta Costa. Educação no meio rural e as estratégias de "bem estar"; notas para debate. In: A QUESTÃO Nordeste – Feira de Arte, Ciência e Tecnologia. Natal, UFRN. 1986. v.1. p. 72-82.

dade. Enquanto o trabalho (dadas as relações que comandam o capital) é suprimido no campo e nas fábricas, fazendo crescer a situação de dependência da classe trabalhadora, o Estado assume o papel de agente interventor, de normalizador da ordem, multiplicando mecanismos e os incorporando (justapondo) à escola, como estratégia de sobrevivência dos despossuídos (postos de distribuição e alimentos, de serviços de saúde, etc.).

Para que a maioria despossuída sobreviva, são ampliadas as “benesses” nas políticas sociais do Estado, sempre anunciadas como respostas às reivindicações das classes populares.

Surgem, nesta situação típica de agenciamento de engodos, escolas transformadas em acampamentos onde os desabrigados devem viver à “própria sorte” como fatalidade; escolas onde as crianças brincam para matar a fome. Os recursos para escolas do meio rural, em grande parte agenciados de fora, são represados nas inúmeras barreiras das estruturas técnico-burocráticas, nem sempre chegando ao verdadeiro destino: escola, alunos e professores. No meio rural, onde a escola foi sempre selecionada como uma instância de aculturação, esta inflação de supostos serviços que o Estado impõe passa a ela se incorporar, chegando mesmo a prejudicar as funções básicas de ensinar a ler, a escrever e a contar. A escola se transforma, assim, num centro de distribuição de boa vontade.

O Estado gera situações de dominação especialmente através de projetos localistas, na escola do meio rural – espaço no qual os sujeitos sociais não detêm o poder para entrar no confronto, na correlação de forças com os grupos mais poderosos – favorecendo ainda mais os que, por tradição e por força do mesmo modelo de Estado vigente, detêm no campo condições de mando e, sobretudo desmando, em nome do Estado.

Esta questão, tradicionalmente apontada na ótica burguesa como sintoma de que as classes populares – principais sujeitos da escola no meio rural – não dispõem de condições para reivindicar e defender-se, expressa bem a perspectiva anacrônica das instituições das estruturas públicas e privadas do poder, relativas às classes sociais no campo.

Assim é que a escola do meio rural, como outras agências do Estado controladas pelo poder municipal, pode subordinar o trabalhador aos interesses de grupos que, através da cadeia de relações estabelecidas por indústria, comércio, bancos e também do Estado, diminuem o seu poder de luta, minimizando ou subtraindo as condições de cidadania.

A Escola e os Movimentos Sociais das Classes Populares no Campo

A escola tem, no meio rural, um papel preponderante de construção. Responde historicamente por um processo educativo amplo, produzido em condições precárias – nas brechas exíguas de tempo dos professores e dos alunos. Este processo educativo, vivenciado também pelos habitantes que convivem em torno da escola é, por natureza, difusor de novas condições, de valores básicos que contribuem para o encaminhamento e formas de atuação de embrionários movimentos sociais.

A presença da escola no campo, embora não seja o único fator, é decisiva na autoconstrução de sujeitos – trabalhadores e cidadãos – empenhados em reverter as pressões autoritárias que lhes são impostas. Daí a importância de se atentar para o papel histórico da escola – espaço de compromisso coletivo das classes populares – onde são debatidas as questões fundamentais que se interpõem às conquistas de seus direitos.

No estudo da escola do meio rural como espaço de interação sociedade civil/Estado, devem ser analisadas as especificidades e condicionantes particulares de cada escola, a partir da realidade onde se situam. A interação condiciona o modo de como cada escola se constrói, cria novas relações e interfere na administração da educação e nas práticas pedagógicas, recriando novas formas de difusão do saber. Estabelece meios de convivência entre os vários atores do processo educativo – professores, alunos, habitantes da “comunidade” – conviventes no espaço escolar. Recria novos valores e contribui historicamente na construção social das classes populares. Construção nem sempre da história dos vencidos, mas da história que se faz na perspectiva de uma vontade coletiva daqueles que recolhem no passado para viver o presente e construir o futuro – práticas que falam das organizações das classes populares, apontando

para a reconstrução destas, na ótica de transformação, de compromisso libertador, através das lutas sociais no campo.

Gramsci, ao se referir aos movimentos de camponeses, diz que "devemos contar sobretudo com a ação e com o apoio dos camponeses pobres, dos 'sem terra'. Eles serão levados a moverem-se não só pela necessidade de resolverem o problema da vida... pela necessidade de lutar pelo pão, mas pela própria e contínua necessidade, pelo perigo sempre iminente da morte pela fome ou pelo chumbo, serão obrigados a fazer pressão sobre as outras partes da população agrícola para a obrigar a criar também nos campos um organismo de controle coletivo da produção... esse organismo será a base da vida comum nos campos, o centro através do qual os elementos revolucionários poderão fazer valer, de modo contínuo e concreto, a sua vontade ... A conquista da terra prepara-se hoje com as mesmas armas com as quais os operários preparam a conquista da fábrica, isto é, formando os organismos que permitam a massa que trabalha governar-se por si no lugar do seu trabalho. O movimento dos operários e o dos camponeses confluem normalmente numa só direção, na criação dos órgãos ao poder proletário".³

Evidentemente, os movimentos sociais, nos quais os trabalhadores rurais e as classes populares investem e nelas estabelecem suas correlações de força e buscam respostas para as suas reivindicações, não emergem e se mantêm dentro da escola. Seria uma inversão de valores atribuir à instrução escolar a promoção de movimentos sociais. O que se pretende aqui é defender a forma expressiva de como a escola pode apontar para caminhos de democratização, de despertar de consciência para a sinalização de avanços que façam valer as reivindicações populares das classes sociais no campo. Nesta perspectiva, a escola poderá vir a ser o espaço de **interação** onde as classes populares redefinem com o Estado suas relações, para a manutenção de uma educação básica, unitária, adequada às condições e diferenças regionais pertinentes à realidade onde se situa. Escola que alie princípios de universalidade e democracia.

3 GRAMSCI, Antônio. **Escritos políticos**. Lisboa, Serra Nova, 1977. v.2. p.89-90.

Os Sujeitos da Interação Sociedade Civil/Estado

A escola é, como a igreja, o espaço na localidade rural que concentra as reuniões, as comemorações cívicas e tantas outras festividades de cunho religioso, social, cultural, etc. Em determinadas circunstâncias, a escola chega a ser de fato uma propriedade coletiva, uma vez que é construída de forma solidária pelos moradores da vila, da "comunidade", pelos pais, filhos e vizinhança que convivem na escola, coordenados pelo professor.

Neste papel desempenhado pela escola de promover a articulação das classes populares (sociedade civil) e Estado, o professor poderá ter um papel decisivo. Suas diversificadas formas de atuação na escola e em torno dela são alvo de múltiplas interpretações e contradições.

Participando, em muitos casos, das classes populares com as quais trabalha para que a escola lhes possibilite o acesso à cultura letrada, é o professor ao mesmo tempo a autoridade que, representando o poder municipal, cumpre e faz cumprir normas e disciplinas, em nome da ordem e da harmonia local. Recebe formação específica para melhor desempenhar o projeto de educação básica para as classes populares. Como funcionário do Estado o professor é pago por um único trabalho — o que realiza dentro da escola: ensinar a ler, escrever e contar.

A situação funcional do professor do meio rural é normalmente constrangedora. Nas discussões sobre a escola já se tornou redundante repetir o quadro de restrições ao qual este educador é submetido pelo Estado. Sua preparação é insuficiente para a transmissão de conhecimentos aos alunos de programas formativos dentro dos princípios da escola universal; a forma de seu enquadramento funcional é inadequada; a sua remuneração é extremamente expropriadora.

Tais condições impossibilitam-no de desenvolver uma proposta educativa baseada em concepções modernas, além de impedir que viva como cidadão, construindo-se no processo para uma atuação coerente, técnica e politicamente engajada nos movimentos sociais de sua categoria profissional.

Este é um dos problemas que compromete a qualidade da escola básica no meio rural, além de ser um obstáculo que, na maioria das regiões do País, ultrapassa os limites da política educacional, colocando-se no âmbito dos compromissos e da responsabilidade do setor econômico, da política do País.

Falamos, portanto, de uma **interação** que deve acontecer na escola historicamente articulada com o processo de superação das concepções atrasadas, das superstições, de uma **interação** que ultrapasse as fragilidades as inibições que acontecem no processo escolar nos espaços de luta – luta pela garantia de qualidade na transmissão e apreensão de conhecimentos, luta pela superação do técnico-burocratismo e do controle de facções que pretendem dominar a escola, luta pela democratização das instituições que no meio rural atentam contra a libertação sócio-econômica e cultural das classes populares.

Colocada nesta perspectiva, a **interação** é uma conquista a ser alcançada. Sabe-se que, na ótica do dominador, a escola pública mantida pelo Estado, sobretudo a do meio rural, é uma dívida da burguesia. Mas é preciso estar consciente que a burguesia pode até abrir espaços, mas jamais favoreceu a transformação das classes populares em cidadãos. Para ver claro este antagonismo é importante ter presente que “a violência das classes dominantes” é sempre um monumental desmentido à tese de que a sociedade é débil; de que o povo é não mais que multidão anárquica; de que camponeses, mineiros, operários e outros trabalhadores não se organizam e manifestam politicamente. Muitas vezes, a violência das classes dominantes responde precisamente à força dos movimentos sociais e partidos políticos. Porque estes, em geral, lutam de modo pacífico.⁴

A **interação** sociedade civil/Estado via processo educativo das classes populares é, portanto, um fruto proibido no âmbito do processo escolar, no cotidiano do trabalho e na vivência das organizações do meio rural.

No Brasil, como na América Latina em geral, “o bloco de poder se exerce no espaço da sociedade nacional, beneficia-se das forças produtivas dis-

4 IANNI, Octávio. Sociedade civil e estado. In: _____. **Classe e nação**. Petrópolis, Vozes, 1986. p. 125.

poníveis, expande o seu mando sobre as classes sociais que se formam, desenvolve o capitalismo na cidade e campo... Mas pouco se beneficia a sociedade nacional e o povo, em termos políticos e culturais. Todos os desenvolvimentos favorecem principalmente as classes dominantes. É como se a sociedade civil se deslocasse do Estado, apesar de que ambos são pólos articulados, necessários, reflexos, no âmbito da mesma totalidade. A rigor, o Estado se apresenta como poder e violência concentrados nas mãos dos representantes governamentais das classes dominantes... Nesse contexto, camponeses, operários, índios e negros são colocados como se estivessem à sombra, fora do alcance da opinião pública, à margem do país legal”.⁵

É necessário, portanto, atentar para as relações e antagonismos que se estabelecem nos espaços em que se articulam historicamente os diferentes grupos que compreendem a sociedade civil. E na prática educativa com os grupos de classes populares no campo, identificadas as lutas de outros trabalhadores, procuram: a) meios para fortalecer, criar ou ampliar novas formas de participação, quebrando resistências e fortalecendo as iniciativas dos setores populares para redimensionar os canais de legitimação de suas ações na sociedade; b) reforçar as instâncias locais e regionais, procurando estabelecer a troca de informações e fertilização do diálogo entre os diferentes segmentos das classes populares e os técnicos, superando os antagonismos e procurando fomentar novas formas institucionais que impeçam a propagação da tecnoburocracia na escola; c) ampliar os espaços e revigorar as organizações populares da sociedade civil, através de movimentos sociais ou outras formas de engajamento que provoquem, fortaleçam, recriem e dinamizem a capacidade de resistência das classes populares frente ao processo de intervenção da dominação do capital privado e do poder Estatal.

Buscar formas de participação, reforçando as instâncias locais e ampliando espaços; lutar para reverter os processos através dos quais o Estado redefiniria suas “novas” políticas de bem-estar. Enfim, a luta dos trabalhadores na escola, no trabalho no dia-a-dia do campo e da cidade é

5 IANNI, Octávio. Sociedade civil e estado. In: _____. **Classe e nação**. Petrópolis, Vozes, 1986. p. 122-3.

a única garantia que as classes populares detêm como um real espaço para a construção do cidadão que todos devem ser.

Professor – Formação, Carreira, Salário e Organização Política

Os aspectos problematizados anteriormente direcionam-se a um amplo questionamento sobre a formação, a profissionalização ou a chamada carreira profissional, e a organização política do professor.

Saindo-se do mais geral para o específico, ou seja, tratando da questão particularmente relativa ao professor da escola do meio rural, sabe-se que este é, entre todos os profissionais de educação, a quem o Estado trata como subalterno, marginalizando-o na escala profissional de seus planos de cargos e salários, relegando-o aos patamares mais baixos – seja nas gestões municipais como estaduais. Se o fato é aviltante e injusto, mais autoritária é a forma como tais medidas são adotadas pelo Estado, ocultando através da lógica técnico-burocrática a forma de acesso dos professores aos critérios de como seus salários são decididos, seus cargos são classificados, enfim, seus direitos são arbitrariamente manipulados e até negados. As medidas adotadas pelas cúpulas e grupos de intermediação nos sistemas do Estado, que decidem sobre tais mecanismos, impedem que os critérios sejam colocados clara e explicitamente aos verdadeiros interessados, não chegando ao professor: quem? onde? e por quê? – as retenções, as defasagens e o represamento das remunerações, das mudanças de postos de trabalhos, das classificações de cargos chegam aos destinatários, deixando a cada professor sua interpretação, sua desconfiança, seu esmagamento.

A formação nos moldes atuais copiados de modelos tecnicistas despejam bloqueios nas cabeças do professor que, além de intencionalmente tentar apagar o que haja de construtivo na sua visão de mundo, operacionaliza processos que o levam a automatizar tarefas, que, a rigor, jamais poderiam ser chamadas pedagógicas.

Impossível deixar de reforçar o que muitos têm dito, que esta forma de aviltamento compromete o trabalho do professor, mesmo porque ele é,

muitas vezes, obrigado a buscar ganhos em outras fontes, para manter em padrões mínimos a sua sobrevivência.

Mas, é ainda no espaço da formação que os professores poderão construir alternativas. Se por um lado os "treinamentos" que lhes são oferecidos pelo Estado procuram enfatizar os caminhos de como melhor atuar para entrar na lógica do Estado capitalista, e, com base nesta, fazer cabeças dos sujeitos das classes populares, tornando-as novas presas ordeiras e submissas dos senhores do poder econômico, por outro lado, esta é a escada por onde o professor pode subir em busca de outros patamares. A formação pode ser o espaço de abertura para um trabalho nas "brechas" das controvertidas idéias que lhes são transmitidas para a descoberta de ações comprometidas, em resposta aos discursos proselitistas, neutralistas e massificadores da formação ministrada pelo Estado.

Na aplicação das fórmulas dos processos de formação, o professor pode descobrir espaços de abertura para introduzir a ação técnica e politicamente comprometida. A catalização destes momentos aliados à sua prática pode revitalizar sua ação educativa num contínuo para a redefinição de novos espaços de luta.

Nunca é demasiado enfatizar que o espaço da prática cotidiana deve se transformar no ponto de **interação** com outras organizações da sociedade civil, que somem e se preparam permanentemente para catalizar e redescobrir caminhos abertos pelas contradições do sistema, transformando-os em articuladores da luta política e ação pedagógica.

É desafiando o adestramento e trabalhando as contradições das táticas da formação manipuladoras que poderão surgir embriões de organizações políticas, através das quais novos encaminhamentos formadores venham a aparecer, trazendo propostas educativas que possibilitem ao trabalho uma perspectiva crítica e novos direcionamentos históricos das ações, para a totalidade das práticas do professor desenvolvidas na sociedade.

Queremos destacar que recorreremos a esta forma de tratamento do problema por duas razões que se articulam: a) a primeira ligada a nossa pró-

pria convicção de que as questões de remuneração, política de cargos, formação e outras levantadas, quando se trabalham as condições profissionais do professor, são, ao mesmo tempo, um limite na sua ação, no dimensionamento da sua práxis pedagógica; no entanto, sendo a causa primeira de ordem estrutural e conjuntural, parece que deveria ser discutida inicialmente num âmbito mais amplo; b) a segunda, refere-se à necessidade de respaldar as vozes e alguns grupos de professores que já demonstram entender que a manutenção das injustas condições de trabalho, salário, formação, etc. às quais o Estado os mantém subjugados é

uma condição subjacente às relações sociais de produção, que este mesmo Estado, intencionalmente, reserva àqueles que mantêm compromissos com as classes populares.

A nosso entender esta é uma questão política e não apenas uma seqüela de um fato historicamente conhecido como "problema herdado", que se perpetua. E como questão política, vinculada primordialmente à questão da divisão técnica e social do trabalho, deve tomar espaço de discussão na sociedade civil, de forma ampla.